



RELATÓRIO
E CONTAS

AQUAPOR
Serviços, S.A.

2019

1. ÍNDICE

1.	Índice.....	2
2.	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
3.	mensagem do presidente.....	5
4.	apresentação da empresa	6
4.1.	BREVE HISTORIAL	6
4.2.	Estrutura Acionista.....	7
4.3.	Órgãos Sociais	7
5.	missão e posicionamento estratégico	8
5.1.	missão	8
5.2.	Visão.....	8
5.3.	Valores	8
6.	SÍNTESE Da atividade em 2019.....	9
6.1.	ENVOLVENTE EXTERIOR	9
6.2.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	9
6.3.	ENQUADRAMENTO DO SETOR 2019.....	11
6.4.	ENQUADRAMENTO LOCAL.....	15
6.5.	Recursos Humanos.....	16
6.6.	Regras Societárias	17
6.7.	Principais ACONTECIMENTOS EM 2019	17
6.8.	Factos Relevantes	17
6.9.	Organização, Processos e Sistemas	23
6.10.	ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA.....	24
6.11.	Análise de Gastos e Rendimentos	24
6.12.	Análise do Balanço	26
6.13.	Indicadores.....	27
7.	Perspetiva para o futuro	28
8.	Considerações finais.....	30
9.	Outras informações.....	31
10.	Proposta de aplicação de resultados.....	32
11.	Contas do exercício de 2019 e respetivo anexo	33

2. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros

		2017	2018	2019
Capital Social	Eur	875 000	875 000	875 000
Capital Próprio	Eur	1 877 212	1 918 800	1 945 105
Ativo Líquido Total	Eur	3 382 250	2 757 138	2 756 001
Investimento	Eur	164 499	267 233	174 618
Volume de Negócios	Eur	1 360 508	1 281 910	1 020 754
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional)	Eur	516 781	470 948	446 494
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	120 725	76 208	41 102
Resultados Antes de Impostos	Eur	103 077	57 432	37 775
Resultado Líquido do Exercício	Eur	77 657	41 589	26 305
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	4,14%	2,17%	1,35%
Rentabilidade do Ativo	%	2,30%	1,51%	0,95%
Autonomia Financeira	%	55,50%	69,59%	70,58%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	15	16	15

Indicadores de Atividade

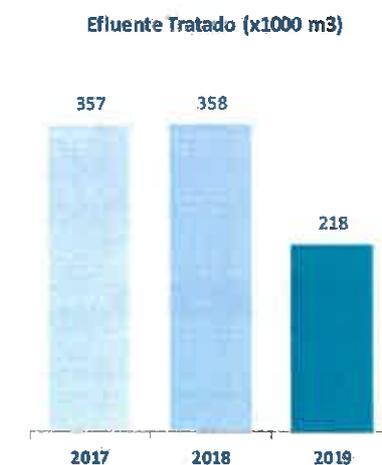
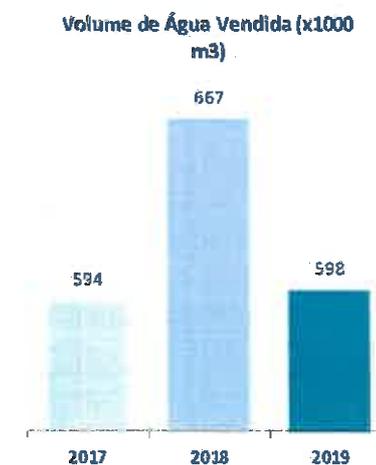
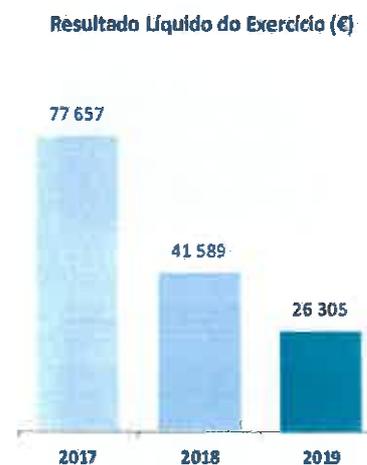
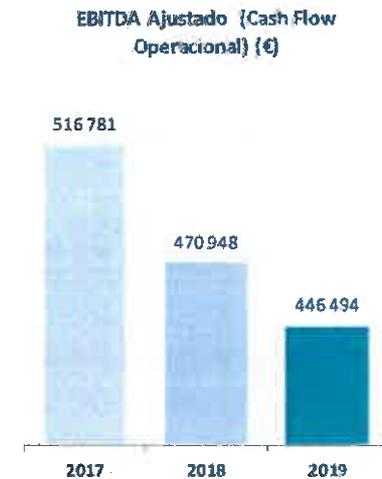
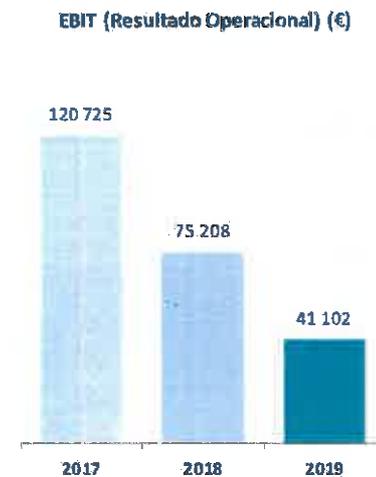
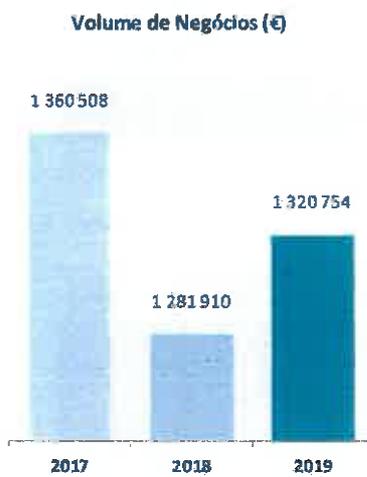
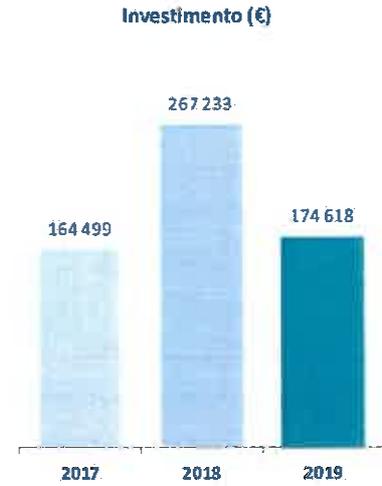
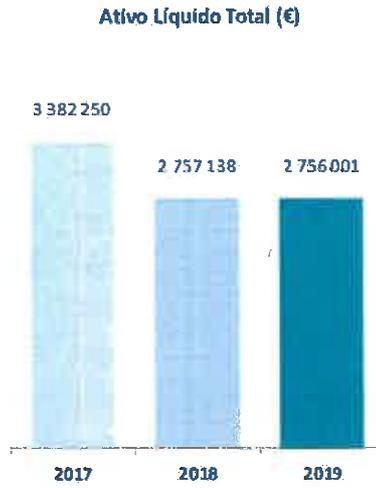
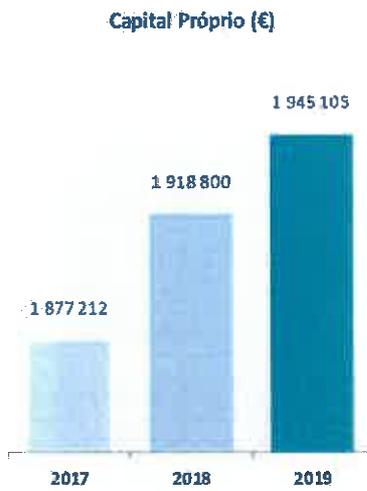
		2017	2018	2019
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	366	366	366
População Residente na Área Abrangida	nº	9 878	9 878	9 878

Abastecimento

		2017	2018	2019
Nº de Clientes	nº	6 280	6 289	6 299
População Servida	nº	9 243	9 243	9 249
Volume de Água Produzida	(10 ³ m3)	699	777	727
Volume de Água Vendida	(10 ³ m3)	594	667	598

Saneamento

		2017	2018	2019
Nº de Clientes	nº	5 354	5 350	5 353
População Servida	nº	8 233	8 233	8 233
Efluente Tratado	(10 ³ m3)	357	358	218



Handwritten signature and initials in blue ink.



3. MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas da Teja registou em 2019 mais uma vez um aumento de clientes, o que demonstra a capacidade que o Município tem tido de um modo contínuo em fixar novos habitantes no Concelho ao longo dos últimos anos

A aposta em ações de comunicação, junto das escolas e principalmente nas camadas mais jovens da população manteve-se de forma a promover o envolvimento da população com as questões ambientais e alertar para a necessidade premente de preservar os recursos hídricos.

Durante o ano de 2019 continuámos a apostar em cada vez mais estarmos junto dos nossos clientes, fizemos o lançamento de uma nova fatura de forma a fornecer mais informação e de forma mais clara sobre todos os serviços prestados pela Águas da Teja e as diversas entidades envolvidas.

A qualidade de serviço, decorrente da avaliação por parte da Entidade Reguladora, continua a alcançar níveis de excelência, demonstrando uma permanente dedicação à qualidade de vida das populações servidas, dedicação esta que é transversal a toda a organização.

A empresa é um exemplo de projeto de sucesso a nível nacional, que demonstra que o trabalho em conjunto de diversas entidades privadas e públicas traz eficiência e resultados muito positivos para o bem das comunidades locais.

A Águas da Teja tem grande orgulho em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, em parceria com o Município de Trancoso e com as inúmeras entidades que ajudam a que o nosso trabalho se torne cada vez melhor. Estamos convictos que o nosso contributo para a qualidade de vida dos Trancosenses irá perdurar por muitos mais anos sempre numa perspetiva de evolução positiva do Concelho.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira



4. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

4.1. BREVE HISTORIAL

A Águas da Teja foi constituída em 1997. A empresa tem por Missão a exploração em regime de concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso.

O Contrato de Concessão foi assinado a 17 julho de 1997, em regime de concessão exclusiva por 25 anos.

A empresa Águas da Teja S.A. foi constituída em 24 de Abril de 1997 com um capital de 875.000€ detido, na sua totalidade, pela AQUAPOR, em resultado da adjudicação do concurso público internacional para a: "Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso", tendo o contrato de concessão sido assinado em 17 de Julho de 1997, por um período de 25 anos.

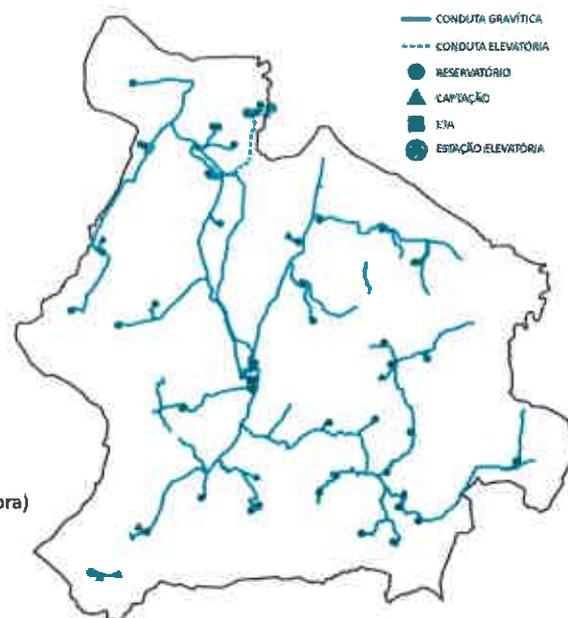


Municípios Abrangidos
Trancoso

População Abrangida
9878 habitantes

Taxa de Atendimento
93,63% da população

Principais infraestruturas
8 Captações próprias
1 Estação de Tratamento de Água (240 m³/hora)
2 Estação Elevatória
38 Reservatórios (10.179m³)
389 km de rede.






4.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Teja é uma empresa com um capital de 875.000 euros detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

4.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

▪ **Mesa da Assembleia Geral:**

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;

Dr.^a Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa – Secretária.

▪ **Conselho de Administração:**

Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;

Eng. António Gonçalves Maltez – Vogal.

▪ **Órgão de Fiscalização:**

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Luis Miguel Gonçalves Rosado



5. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

5.2. VISÃO

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

5.3. VALORES

A Águas da Teja pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;
- Estabilidade.



6. SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2019

6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR

6.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

O ritmo de crescimento das principais economias tem vindo a diminuir e tem sido ligeiramente inferior ao esperado. Em grande parte deveu-se à incerteza causada pelas tensões comerciais entre os EUA e a China e ao processo irregular de saída do Reino Unido da UE. No entanto, o acordo alcançado entre os EUA e a China e a saída do Reino Unido da UE sugerem que, a partir de agora, a tendência será mais construtiva em ambos os casos.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro negativas para os valores de referência a três meses com redução de 0.032p.p e a seis meses com redução de 0.034p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2017	2018	2019
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%	-0,40%
Euribor 3M	-0,33%	-0,32%	-0,35%
Euribor 6M	-0,26%	-0,27%	-0,30%
Euribor 12M	-0,15%	-0,18%	-0,21%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou no início de 2019 uma recuperação na perspetiva da procura e um forte impulso no preço do barril de Brent que o faz aumentar mais de 20 dólares até atingir os 74 dólares. No segundo semestre do ano o preço do barril de Brent demonstrou maior estabilidade e oscilou em torno dos 60 dólares.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.





Portugal

Em 2019, a economia portuguesa prosseguiu a trajetória de crescimento da atividade embora inferior aos anos anteriores. Estando o crescimento do PIB alinhado com as publicações para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Em 2019, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 0.3%, o que representa uma redução de 0.7p.p face aos valores de 2018.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 0.3%, (redução de 0.9p.p. face ao ano de 2018).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2017	2018	2019
PIB	3,5%	2,4%	2,0%
IPC	1,4%	1,0%	0,3%
IHPC	1,6%	1,2%	0,3%
Desemprego	8,9%	7,0%	6,3%
Consumo Privado*	2,1%	3,1%	2,3%
Consumo Público*	0,2%	0,9%	0,5%
Exportações*	8,4%	3,8%	2,8%
Importações*	8,1%	5,8%	5,4%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Nova Série - Base 2016)

*Dados Dezembro de 2019

A taxa média de **desemprego** em 2019 ascendeu a 6.3%, menos 0.7p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução na Baixa Tensão:

	2017	2018	2019
Média Tensão	167	167	167
Baixa Tensão Especial	182	181	182
Baixa Tensão Normal	152	151	146

Fonte: ERSE;

Em 2019, verificou-se uma desaceleração de 0.4p.p. do crescimento do PIB real (2%) relativamente ao valor registado em 2018 (2.4%), resultado de um processo de maturação do ciclo económico, que se traduz numa aproximação dos níveis de crescimento ao ritmo de crescimento potencial da economia.





6.3. ENQUADRAMENTO DO SETOR 2019

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 421 entidades gestoras, das quais 266 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 48 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 277 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2019), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
TOTAL	15	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 306 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.



Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 3 milhões de habitantes e 184 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 21 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,2 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em “Baixa”	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	48	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	19	18	7
Serviços Municipais	184	191	228
TOTAL	306	257	255

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2019), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	83%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	72%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 28 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 42,5 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.



Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m ³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	10	394	51.715	18,1
Concessões Municipais	28	968	108.325	17,9
País	256	5.594	811 332	29,4

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

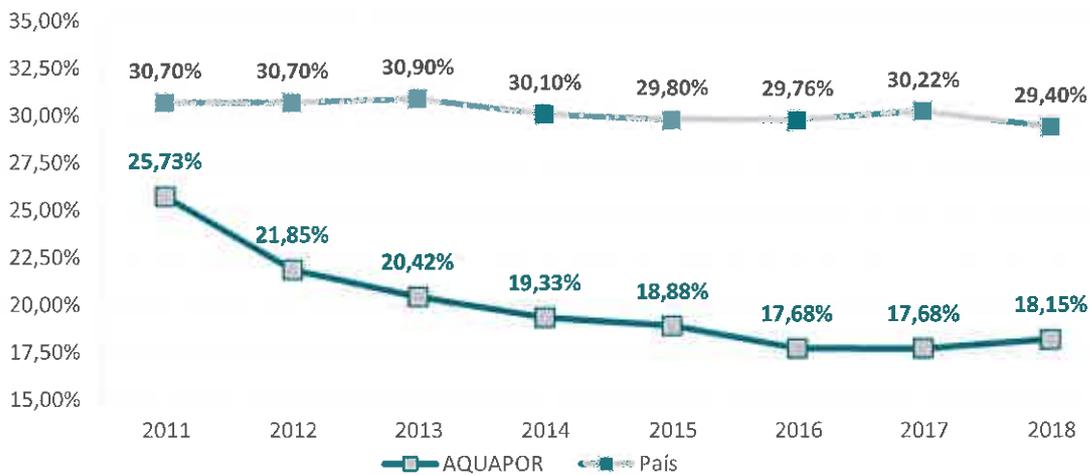
Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2019, a média continental foi de 29,4% referente ao ano de 2018, enquanto que a média do Grupo Aquapor foi de 18,1 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2019, em que o nível de água não faturada foi de 17,8%.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,49%	18,15%	17,76%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	410 293

(*) Valores em milhares m³



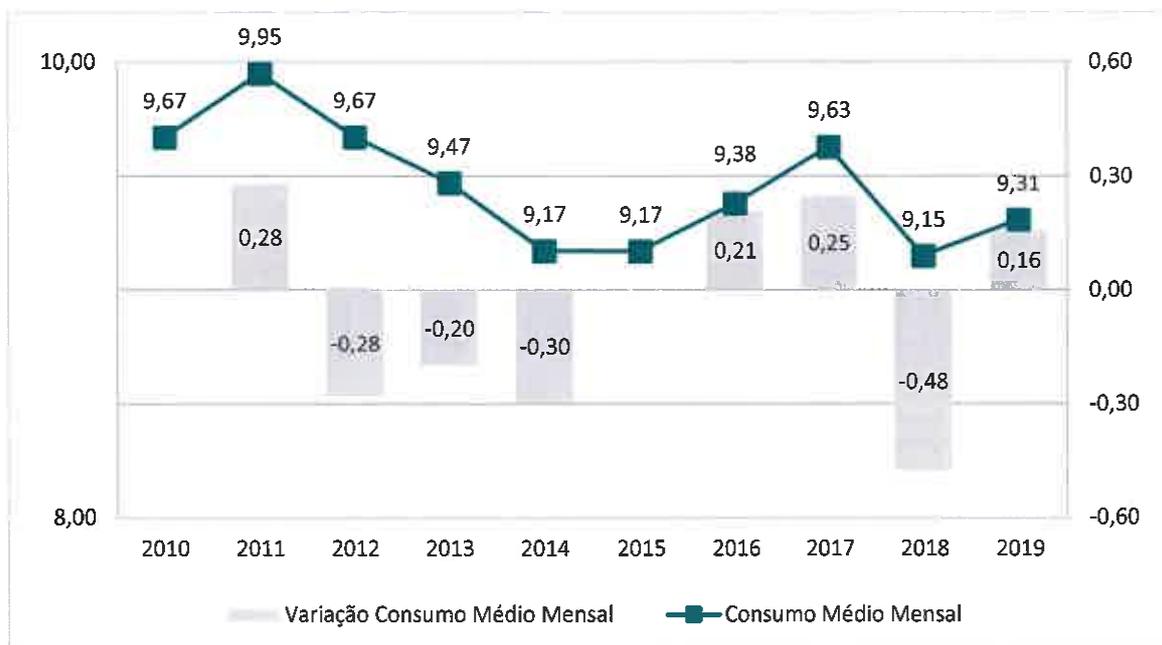

Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:



No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de clientes registada nos últimos anos, sendo de notar o aumento significativo do último ano associado ao arranque da Águas de Vila Real de Santo António.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,16 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,3 m³/Cliente/mês:






6.4. ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Teja é Concessionária por um período de 25 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Trancoso que abrange uma área geográfica de 366 Km².

É uma Concessão Municipal, operando em toda a cadeia de valor, ou seja, na distribuição de água e no saneamento de águas residuais, em “alta” e em “baixa”.

Residem na área abrangida cerca de 9.878 habitantes, com grande dispersão geográfica, razão pela qual temos ainda várias origens de água. O sistema principal a partir do qual abastecemos já cerca de 93,63% dos consumidores é composto por uma Albufeira na Ribeira da Teja, Estação de Tratamento de Água, Estação Elevatória, Adutora e Reservatórios.

Independentemente, do grau de pluviosidade, nos últimos anos o nível da água na albufeira mantém-se na sua cota máxima, permitindo assim regularidade na quantidade e qualidade de água a abastecer mesmo nos períodos mais quentes e secos.

A implantação comercial e industrial é baixa, tem um peso de 7% no número de contratos de fornecimento de água e 8% no volume de água vendida, deste modo, os clientes são maioritariamente do tipo doméstico.

Verificam-se grandes flutuações populacionais ao longo do ano, de tal forma que os consumos médios no tipo doméstico verificados são muito baixos, cerca de 4,1m³ por mês.

Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso, está regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão do sistema de abastecimento de água do concelho de Trancoso estabelecido com a Câmara Municipal de Trancoso em 17 de julho de 1997, com a duração de 25 anos.
 - O Tarifário do Sistema de Abastecimento de Água é revisto com uma periodicidade anual e contempla no seu cálculo a evolução dos índices de mão-de-obra, índices oficiais de preço de consumidores, excluindo habitação para o distrito da Guarda, índices de energia referentes, respetivamente, ao mês em que se efetuou a sua revisão e ao mês da proposta. O tarifário entra em vigor após a aprovação do mesmo pela Câmara Municipal de Trancoso;
 - O Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Concelho de Trancoso estabelece e define as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial de água na área de intervenção da Águas da Teja. Este regulamento pretende dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.



- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR; entidade reguladora da atividade do abastecimento público de água às populações. Anualmente a Concessionária é alvo de auditoria por parte do Regulador. Com uma periodicidade anual a Águas da Teja enquanto entidade Gestora tem como responsabilidade, submeter à aprovação desta entidade o plano de controlo da qualidade da água para o ano seguinte para aprovação e procedem ao preenchimento da base de dados “Avaliação de Desempenho Entidades Gestoras”.
- Administração da Região Hidrográfica do Centro e Norte no âmbito do licenciamento de descargas dos sistemas de Tratamento de Águas Residuais e licenciamento e concessões das captações de água para abastecimento.

6.5. RECURSOS HUMANOS

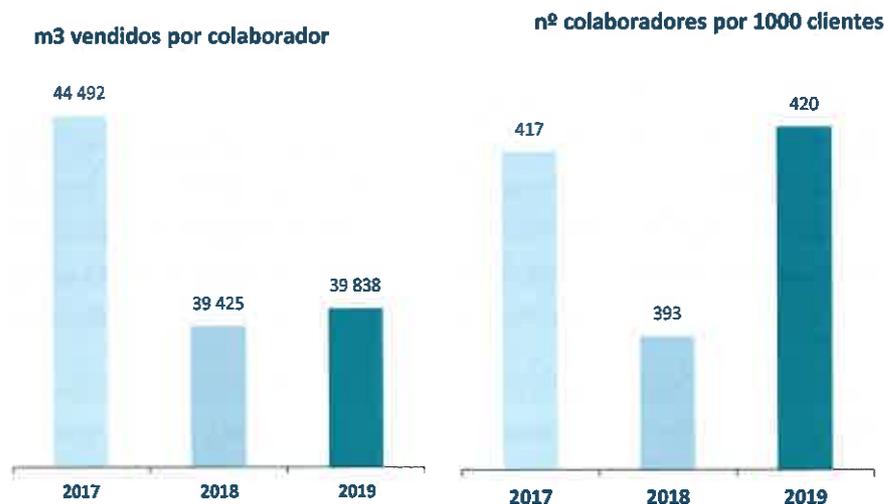
Em 31 de Dezembro de 2019 a empresa tinha 15 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Colaboradores

	2017	2018	2019	Var. %
Contrato sem Termo	11	13	14	8%
Contrato Termo Certo	4	3	1	-67%
Total	15	16	15	-6%

O número de colaboradores aumentou em relação ao ano anterior, registando-se uma saída.

Em termos de eficiência dos recursos verifica-se de 2018 para 2019, um aumento ao nível dos m3 vendidos por nº de colaborador e do rácio de nº de colaboradores por cada 1000 clientes.



6.6. REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Presidente do CA.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

6.7. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019

6.8. FACTOS RELEVANTES

Durante o ano de 2019 a Águas da Teja deu continuidade ao desenvolvimento dos estudos de engenharia com vista à melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais para a identificação de intervenções prioritárias e urgentes de forma a permitir à Concedente lançar as obras necessárias à modernização em algumas das instalações que apresentam problemas crónicos.

Foi efetuado e apresentado a Concedente um estudo para a colocação de um sistema de Ozono com vista a melhoria da eficiência do tratamento da água na ETA do Terrenho.



Handwritten signature and initials in blue ink.

DESEMPENHO DA EMPRESA

Exploração do Sistema

A Estação de Tratamento de Água manteve um nível de produção de água estável quer em termos de quantidade quer em qualidade de água produzida, contribuindo para que não se tenham verificado descontinuidades no fornecimento às populações abastecidas por este sistema.

Procedemos a limpeza das condutas adutoras com a técnica dos Polly Pigs: ETA – R1, R1 - R24 (Trancoso); - R24 - Vila Franca das Naves; Trancoso – Fiães e Fiães - Freches.

Procedemos a pintura, vedação e arranjos exteriores de reservatórios;

Procedemos a pintura das caixas de visita e ventosas das condutas adutoras;

Foram isolados reservatórios de água potável;

Foram colocadas válvulas e válvulas redutoras de pressão na rede de abastecimento;

Foram executados 650ml de conduta geral até a ETAR das Courelas em Trancoso;

Foram executados 450ml de conduta adutora para o reservatório da Venda Do Cepo;

Foram executados 450ml de conduta de distribuição desde o reservatório de Fiães até a conduta de Miguel Choco;

Foi dada continuidade à campanha para redução das perdas técnicas e comerciais;

As perdas aumentaram 4,6% para 17,84% devido principalmente ao aumento do nº de roturas em rede distribuição e adução;

Foi realizada uma campanha de pesquisa ativa de fugas, onde foram detetadas 16 fugas principalmente em rede;

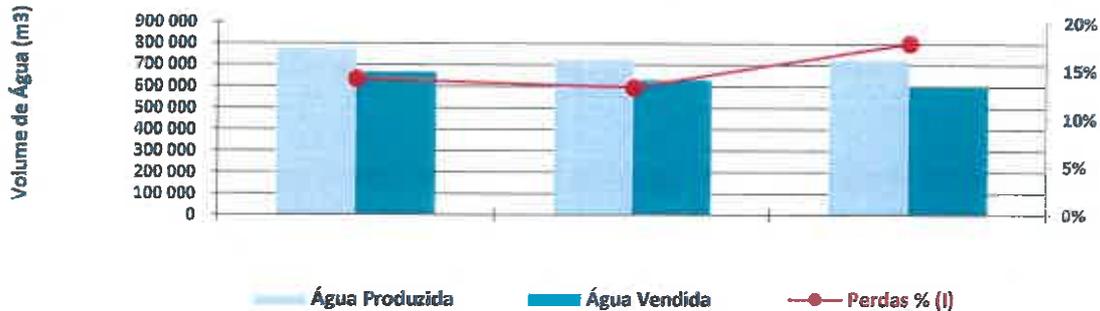
Volume de Água (m3)

	2017	2018	2019	Var. %
Água Produzida	777 189	727 158	727 322	0%
Água Vendida	667 382	630 794	597 567	-5%
Perdas % (I)	14%	13%	18%	4,6 p.p.

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



Evolução das Perdas

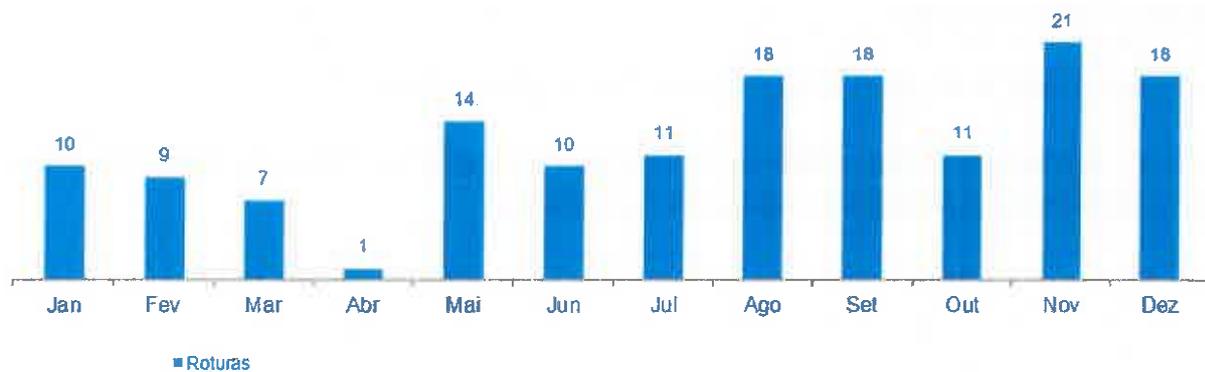


Manutenção do Sistema

Todas as atividades de manutenção dos sistemas foram asseguradas.

Em 2019 o n.º de roturas foi de 148, o que representa um aumento de 45% face a 2018, este aumento significativo deve-se em grande parte, ao maior número de roturas em rede, principalmente nas localidades com condutas mais antigas, Vila Franca das Naves, Granja, Moimentinha.

Roturas



Roturas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Roturas	10	9	7	1	14	10	11	18	18	11	21	18	148

Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º 306/2007).

Foram efetuadas 40 análises R1, 12 R2 e 8 I a que correspondem 448 determinações nos diversos parâmetros.



Relativamente á qualidade da água, verificou-se o aparecimento das algas, o que levou a necessidade de efetuar análises de quantificação de Fitoplâncton no período compreendido entre maio e novembro.

Embora que este ano tenha sido num período tempo mais dilatado, registou-se também uma concentração mais elevada.

Neste período realizamos 21 análises com 39 parâmetros em média cada, o que perfaz um total ano de 819, que correspondem a um valor 2.560€.

ÁGUAS RESIDUAIS:

No controlo de águas residuais realizamos análises mensais em Etar`s e Fossas Sépticas num total de 333 análises, que correspondem a 1.332 parâmetros, em função das condições de descarga indicadas nas licenças rejeição.

Área Ambiental

A empresa Águas da Teja, S.A, tem instalado desde julho de 2011 dois sistemas de produção de energia elétrica através de painéis fotovoltaicos em dois locais da área de concessão, Reservatório R24 em Trancoso e ETAR de Vila Franca das Naves.

Foram colocados para produção de energia solar painéis na Eta do Terrenho

Através dos sistemas instalados, a ADTEJA contribui para a redução da emissão de gases com efeito de estufa, evitando assim a produção de mais de 68T CO2 por ano.

Área Comercial

Durante o ano de 2019 aumentou o número de clientes em 10, tal como podemos observar no quadro seguinte:

Cientes

	2017	2018	2019
Total de Clientes	6 280	6 289	6 299





A Empresa baixou o número de clientes de saneamento em 3 contrato.

No final do ano de 2019, a empresa tinha um total de 6.299 contratos de abastecimento, contra 5.353 de saneamento.

A Águas da Teja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de detetar utilizações das redes sem contratos, principalmente os utilizadores das redes de saneamento e que não possuem contrato de abastecimento.

Durante o exercício de 2019 foram executados 11 ramais de água e 2 de saneamento.

Adicionalmente foi dada continuidade à recuperação da dívida.

Campanha de Substituição de Contadores Antigos

A campanha visa a substituição de contadores que apresentavam uma idade de instalação superior a 8 anos.

Foram substituídos 115 contadores que permitem ter uma maior fiabilidade na contagem dos consumos. Em 2020, a Águas da Teja vai dar continuidade à substituição de contadores.

Em termos de faturação, a empresa registou um comportamento em que, as vendas de água reduziram 1%, e a tarifa de disponibilidade registou um aumento de 0,3%.

Vendas e Prestações de Serviços

	2017	2018	2019	Var. %
Venda de Água	631 905	560 758	557 168	-1%
Taxa de Disponibilidade	432 336	441 957	443 335	0,3%
Outras Vendas	502	103	418	305%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	1 064 742	1 002 818	1 000 921	0%
Ramais Domiciliários (Água)	38 861	34 625	23 142	-33%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	17 509	15 679	6 540	-58%
Taxa de Saneamento	157 932	160 093	159 882	0%
Obras	44 360	29 779	99 523	234%
Outros Serviços	37 105	38 916	30 881	-21%
Total das Prestações de Serviços	295 765	279 092	310 833	15%
Total de Volume de Negócios	1 360 508	1 281 910	1 320 754	3%

Os clientes Domésticos têm um peso de 87% no conjunto total de contratos existentes, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 7%.

P. Jato

Tipo de Cliente

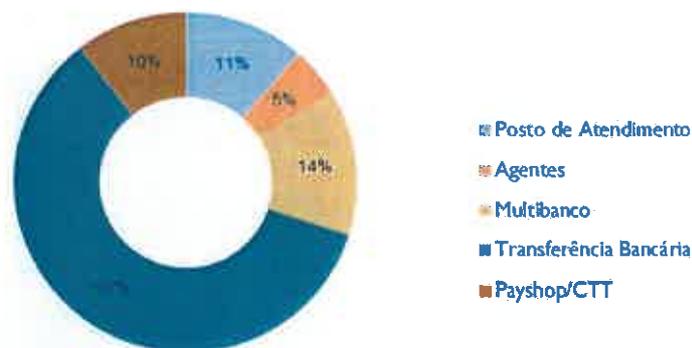
	Volume Vendido (m ³)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	274 636	46%	243 962	0,89	5 473	87%
Comércio e Indústria	49 736	8%	122 443	2,46	414	7%
Obras	4 875	1%	10 174	2,09	95	2%
Instituições de Utilidade Pública e Juntas de Freguesia	17 279	3%	9 331	0,54	69	1%
Câmaras Municipais	233 781	39%	134 914	0,58	111	2%
Organismos do Estado	7 544	1%	13 758	1,82	131	2%
Tarifa Especial	9 716	2%	22 587	2,32	6	0%
Água em Baixa	597 567		557 168		6 299	
Total	597 567	0	557 168		6 299	

O consumo médio anual da Águas da Teja situou-se em 95 m³. E de realçar que o consumo médio anual da Águas da Teja nos clientes domésticos situou-se em 50 m³.

Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento verificou-se o seguinte:

Modalidade de Pagamento



A cobrança no posto de atendimento baixa para 11% dos pagamentos totais. A cobrança dos agentes baixou peso do total de pagamentos de 6% para 5%. O Payshop/CTT mantém o 10% igual ao período homologado. Nas restantes modalidades de pagamento verificamos uma diminuição de 15% para 14% dos pagamentos por multibanco, e as transferências bancárias aumentaram dois pontos percentuais para os 60%.



6.9. ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa consolidou o modelo estabelecido, atendendo à especificidade da Concessão, em que 6.299 contratos estão distribuídos por uma área territorial de cerca de 366 km², servidos por:

Infra - Estruturas	2019
Estação de Tratamento de Água	1
Captações de Água	8
Reservatórios	38
Estações Elevatórias de Abastecimento	2
Estações de Tratamento de Águas Residuais	3
Estações de Tratamento de Águas Residuais Compactas	6
Fossas Sépticas	23
% de análises em incumprimento	1,46

Relações com o Concedente

A relação com a Câmara Municipal de Trancoso tem sido positiva e diária.

Relações com outros interessados no desempenho da Sociedade

Nas relações com a comunidade a Águas da Teja privilegiou o contacto com Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Delegado de Saúde, Agentes de Cobrança.



6.10. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota Introdutória

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela empresa Águas da Teja, S.A., no exercício de 2019, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

6.11. ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa gerou, no ano de 2019, um Resultado Líquido positivo de 26.305 euros, o que representa uma redução de 15 milhares de euros face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados				<i>(em euros)</i>
	2017	2018	2019	Var. %
Vendas	1 064 742	1 002 818	1 000 921	0%
Prestações de Serviços	295 765	279 092	319 833	15%
Volume de Negócios	1 360 508	1 281 910	1 320 754	3%
CMVMC	13 748	6 270	4 233	-32%
Fornecimentos e Serviços Externos	540 966	525 494	576 647	10%
Gastos com o Pessoal	315 025	334 274	334 777	0%
Outros Resultados Operacionais	34 197	55 623	-40 101	-28%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	524 965	471 496	445 107	-6%
Amortizações	404 240	396 289	404 098	2%
Resultado operacional (RO)	120 725	75 208	41 102	-45%
Resultados Financeiros	(17 648)	(17 775)	(3 327)	81%
Resultados Antes de Impostos	103 077	57 432	37 775	-34%
Imposto Sobre o Rendimento	25 420	15 844	11 470	-28%
Resultado Líquido do Exercício	77 657	41 589	26 305	-37%

No ano de 2019, o volume de negócios da empresa ascendeu a 1.320 milhares de euros, o que representa um aumento de 3%.

Este aumento foi consequência do volume de prestação de Serviço – Obras num total de mais 69.743 euros face a 2018.

Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2017	2018	2019	Var. %
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	516 781	470 948	446 494	-5%
Margem EBITDA Ajustado	38%	37%	34%	-2,9 p.p.
EBIT (Resultado Operacional)	120 725	75 208	41 102	-45%
Margem EBIT	9%	6%	3%	-2,8 p.p.

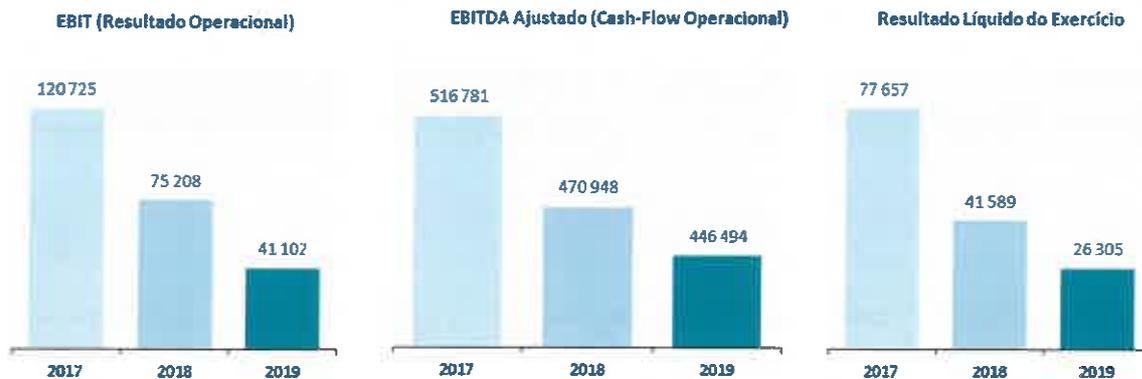
EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

A margem de EBITDA Ajustado decresceu 2.9p. p e a margem EBIT reduziu 2.8 p.p. face aos valores de 2018.

A nível operacional, o EBITDA Ajustado decresceu 5% face ao ano anterior, tendo o resultado operacional um decréscimo de 45%, resultante do aumento de gastos com FSE e amortizações.



O resultado financeiro melhorou 81% no montante de 14.449 euros.

Handwritten signature

6.12. ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço

(em euros)

	2017	2018	2019	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	2 180 759	2 050 565	1 820 900	-11%
Outros	424	770	1 021	33%
Total dos Ativos não Correntes	2 181 183	2 051 334	1 821 922	-11%
Contas a Receber	359 293	371 972	364 851	-2%
Outros	841 774	333 832	569 227	71%
Total dos Ativos Correntes	1 201 067	705 804	934 079	32%
Total do Ativo	3 382 250	2 757 138	2 756 001	-0,04%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	1 877 212	1 918 800	1 945 105	1%
Financiamentos Obtidos	541 667	121 250	65 476	-46%
Provisões	50 819	42 952	34 463	-20%
Total dos Passivos não Correntes	592 486	164 202	99 939	-39%
Financiamentos Obtidos	166 667	54 416	55 774	2%
Contas a Pagar	745 885	619 719	655 182	6%
Total dos Passivos Correntes	912 552	674 136	710 958	5%
Total do Passivo	1 505 038	838 338	810 895	-3%
Total do Capital Próprio e do Passivo	3 382 250	2 757 138	2 756 001	-0,04%

O total do Ativo atingiu 2.75 milhões de euros no final de 2019, o que representa um decréscimo de 0,04% face ao ano anterior.

A redução de 11% dos **Ativos não Correntes**, é justificado pelas amortizações do exercício. O aumento de 32% dos **Ativos Correntes** prende-se essencialmente com o aumento de disponibilidades.

O **Capital Próprio** aumentou pela incorporação do resultado líquido do exercício.

O total do **Passivo** apresenta no final de 2019 o valor de 810 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 3% face a 2018.

O **Passivo não corrente** diminui 39% como consequência da amortização do financiamento de médio e longo prazo efetuado em 2019. O **Passivo corrente** aumenta 5%, como resultado do aumento de saldo de Fornecedores.



6.13. INDICADORES

Os indicadores de Rentabilidade reduzem face ao ano anterior, em consequência do Resultado Líquido.

Os indicadores de Autonomia Financeira e Solvabilidade apresentam um aumento face a 2018, em resultado da diminuição do Ativo e Passivo e aumento do Capital Próprio.

Indicadores

(em euros)

	2017	2018	2019	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	4%	2,2%	1,4%	-0,82 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	2%	2%	1%	-0,55 p.p.
Autonomia Financeira (%)	56%	70%	71%	0,98 p.p.
Solvabilidade (%)	125%	229%	240%	10,99 p.p.



Handwritten signature or initials in blue ink.

Handwritten mark or signature at the bottom right corner.

7. PERSPETIVA PARA O FUTURO

Para o ano de 2020 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

a) Fornecer água em quantidade e com qualidade a toda a área da concessão

Para atingirmos este objetivo foram definidas com a Câmara Municipal, um conjunto de obras a realizar até ao próximo verão:

- Colocação de contadores na localidade de Golfar, com perspetiva de 72 novos contratos de abastecimento.
- Colocação de um gerador de Ozono na ETA do Terrenho.

b) Melhorar rendimentos e a qualidade no abastecimento de água

- Dar continuidade à campanha de substituição de contadores mais antigos;
- Intensificar a procura de fugas de água, quer por roturas, quer por consumos fraudulentos;
- Dar continuidade a limpeza das condutas adutoras;
- Isolar reservatórios;
- Dar continuidade a limpeza e pintura dos reservatórios;
- Colocação de válvulas redutoras de pressão na rede de abastecimento.

c) Proporcionar boa imagem da empresa em toda a área da concessão

Para atingirmos este objetivo foram definidas um conjunto de obras a realizar até ao próximo Verão:

- Pintura, vedação e arranjos exteriores de reservatórios;
- Pintura das caixas de visita e ventosas das condutas adutoras;





SANEAMENTO

- No seguimento do desenvolvimento dos estudos de melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais, a empresa irá continuar a colaborar com a Câmara na identificação de intervenções prioritárias e urgentes por forma a permitir à Concedente lançar novas obras necessárias à modernização em algumas instalações que apresentam problemas crónicos, reacionar as ETAR's recentemente renovadas logo que que possível.
- Realização das obras de melhoria na ETAR de Vila Franca das Naves
- Limpeza de quatro fossas sépticas que recebem águas residuais de pequenas aldeias e que começam a ficar saturadas.
- Limpeza de coletor de saneamento que começam a ficar saturados com camião de limpeza.
- Pintura, vedação e arranjos exteriores de fossas sépticas, que recebem águas residuais de pequenas aldeias.



Handwritten signature



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2019, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Trancoso;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Águas de Teja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.



9. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2019;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2019;
- A sociedade não tem sucursais.





10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2019, no montante de 26.305 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 835 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrança, no valor de 25.470 euros para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira



José António Ferreira dos Santos



António Gonçalves Maltez

Trancoso, 25 de março de 2020

11. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Teja, S.A.
BALANÇO
31 de Dezembro de 2019

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	49 309	68 527
Ativos Intangíveis	7	1 771 591	1 982 037
Outros Investimentos Financeiros		1 021	770
		<u>1 821 922</u>	<u>2 051 334</u>
Ativo Corrente			
Inventários	9	67 533	63 746
Clientes	13.1	135 325	114 313
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	37 385	38 546
Outros Créditos a Receber	13.2	229 526	219 114
Diferimentos	15.2	1 003	987
Caixa e Depósitos Bancários	4	463 306	269 099
		<u>934 079</u>	<u>705 804</u>
Total do Ativo		2 756 001	2 757 138
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.4	875 000	875 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	1 523 473	1 523 473
Reservas Legais	15.3	16 693	14 613
Resultados Transitados	15.3	(496 365)	(535 875)
Resultados Líquidos do Período	15.3	26 305	41 589
Total do Capital Próprio		1 945 105	1 918 800
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	34 463	42 952
Financiamentos Obtidos	13.7	65 476	121 250
		<u>99 939</u>	<u>164 202</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	146 183	98 108
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	18 869	21 843
Financiamentos Obtidos	13.7	55 774	54 416
Outras Dívidas a Pagar	13.3	490 131	499 768
		<u>710 956</u>	<u>674 136</u>
Total do Passivo		810 896	838 338
Total do Capital Próprio e Passivo		2 756 001	2 757 138

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período findo em 31 de dezembro de 2019

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	1 320 754	1 281 910
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	23 341	24 110
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(4 233)	(6 270)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(576 647)	(525 494)
Gastos com o Pessoal	14	(334 777)	(334 273)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(1 297)	548
Outros Rendimentos	15.5	24 585	41 535
Outros Gastos	15.6	(6 528)	(10 570)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		445 197	471 496
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(404 096)	(396 289)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		41 102	75 208
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	3 969	4 281
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(7 296)	(22 056)
Resultado antes de Impostos		37 775	57 432
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(11 470)	(15 844)
Resultado Líquido do Período		26 305	41 589

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Águas da Teja, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
1	875 000	1 523 473	10 730	(609 648)	77 657	1 877 212
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018						
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Constituição da Reserva Legal			3 883	(3 883)	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			-	77 657	(77 657)	-
2			3 883	73 774	(77 657)	
3						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					41 589	41 589
RESULTADO INTEGRAL					41 589	41 589
5=3+4						
6=1+2+3	875 000	1 523 473	14 613	(535 875)	41 589	1 918 800
6	875 000	1 523 473	14 613	(535 875)	41 589	1 918 800
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019						
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Constituição da Reserva Legal			2 079	(2 079)	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			-	41 589	(41 589)	-
7			2 079	39 509	(41 589)	
8						
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					26 305	26 305
RESULTADO INTEGRAL					26 305	26 305
10=8+9						
9=6+7+8	875 000	1 523 473	16 693	(496 365)	26 305	1 945 105

Conselho de Administração




Contabilista Certificado



Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2019

	Quantias em Euros	
	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	1 619 891	1 553 681
Pagamentos a Fornecedores	(671 830)	(819 628)
Pagamentos ao Pessoal	(317 027)	(312 310)
Caixa gerada pelas operações	631 034	421 744
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(12 547)	(22 774)
Outros recebimentos / pagamentos	(207 133)	(202 945)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	411 354	196 024
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(34 928)	(63 198)
Ativos Intangíveis	(126 536)	(97 517)
Outros Ativos	(161 464)	(160 715)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	13	127
	13	127
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	(161 451)	(160 588)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(52 381)	(538 095)
Juros e gastos similares	(3 315)	(14 024)
	(55 696)	(552 119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	(55 696)	(552 119)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	194 207	(516 682)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	269 099	785 798
Caixa e seus equivalentes no fim do período	463 306	269 099

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



Águas da Teja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas da Teja, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 24 de abril de 1997, e tem como objeto social a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Trancoso, em regime de exclusividade.

A empresa tem a sua sede na Av. das Comunidades Europeias – Zona Industrial – Trancoso, Portugal.

A Águas da Teja é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

Atividade Concessionada

Em 17 de julho de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal de Trancoso e a Águas da Teja, S.A., pelo prazo de 25 anos e mediante uma renda total de 1.384.164 Euros.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia da celebração do contrato e após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Teja, S.A..

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa

reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor fixo de 55.367 Euros em cada ano (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Por força do mesmo contrato, a sociedade Águas da Teja, S.A. ficou obrigada a transferir para a Câmara Municipal de Trancoso a importância de 1.496.394 euros para a concretização de determinados investimentos designados no caderno de encargos por ETARs e Redes de Esgotos.

Em 3 dezembro de 2008 foi estabelecida, entre a Águas da Teja, S.A. e a Câmara Municipal de Trancoso, uma Adenda ao Contrato de Concessão, por via da qual a renda devida pela utilização das instalações deixou de ser devida. Com efeitos desta adenda, a sociedade Águas da Teja, S.A. passou também a assumir a responsabilidade pela realização de alguns investimentos que estavam previstos serem realizados pela concedente, no valor de 823.100 Euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2019 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.



Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela

Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2019	2018
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.



O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

- Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:
- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;

- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).



Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2019	2018
Direito de Concessão	26,58%	22,60%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	26,58%	22,60%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um Ativo Intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Direitos de Concessão Relacionados com a Atividade Concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.



Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

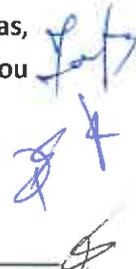
(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21% sobre o Lucro Tributável (no Município de Trancoso a Derrama é de 0%). Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 9% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.



O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.



A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os Ativos Financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinado com base nos critérios definidos na alínea e).



(e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211

do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para Investimentos de Substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(j) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

Handwritten signature and initials in blue ink.

(j.2) Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;
- Pessoal;

e encontram-se valorizadas ao custo.

(l) Efeito das Alterações das Taxas de Câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.



(m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

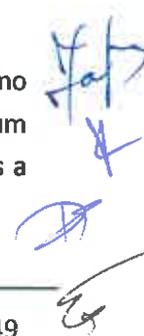
(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.



(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e Gastos Similares Suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou



- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.1 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:



- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.2 Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das Contas a Receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.



(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2019	2018
Caixa	50	50
Depósitos à Ordem	463 256	269 049
	463 306	269 099

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Águas do Lena</i>	Distribuição de Água	Município da Batalha
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Teja, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Teja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Teja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamentos, honorários de administrativos.
Águas do Lena	-	Aquisição de equipamento
Luságua Serviços Ambientais	Refaturação de obras de construção civil.	Análises de Laboratório e Trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviços	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2019		134 868		31 248	
	2018	-	143 883	-	28 617	-
Luságua Ambiente	2019	634	15 837	28 936	3 023	
	2018	924	12 375	6 044	3 243	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2019	2018
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	80 512	79 675
Total de remunerações	80 512	79 675

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de janeiro de 2018	4 485 509	90 072	476 575	5 052 156
Aquisições	10 153	-	244 652	254 806
Transferências	154 882	-	(154 882)	-
Alienações	-	-	-	-
Abates	(4 420)	-	-	(4 420)
31 de dezembro de 2018	4 646 125	90 072	566 345	5 302 542
Aquisições	(33)	-	168 924	168 891
Transferências	161 670	-	(161 670)	-
Abates	(784)	-	-	(784)
31 de dezembro de 2019	4 806 978	90 072	573 598	5 470 649



	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de janeiro de 2018	2 879 475	73 021	-	2 952 496
Amortizações	367 436	3 854	-	371 290
Abates	(3 281)	-	-	(3 281)
31 de dezembro de 2018	3 243 630	76 875	-	3 320 505
Amortizações	375 642	3 508	-	379 150
Abates	(597)	-	-	(597)
31 de dezembro de 2019	3 618 675	80 383	-	3 699 059
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de Dezembro de 2019	1 188 303	9 689	573 598	1 771 591
A 31 de Dezembro de 2018	1 402 495	13 197	566 345	1 982 037
A 1 de Janeiro de 2018	1 606 034	17 051	476 575	2 099 660

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal de Trancoso'.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2018	77 245	62 173	52 215	66 946	87 499	346 079
Aumentos	-	-	-	10 424	2 003	12 427
31 de dezembro de 2018	77 245	62 173	52 215	77 370	89 502	358 506
Aumentos	-	4 536	-	1 192	-	5 728
31 de dezembro de 2019	77 245	66 709	52 215	78 562	89 502	364 234
Amortizações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2018	49 671	47 126	47 386	44 098	76 699	264 980
Amortizações	8 134	4 243	1 348	7 747	3 527	24 999
31 de dezembro de 2018	57 805	51 369	48 734	51 845	80 226	289 979
Amortizações	8 134	4 464	1 348	8 602	2 398	24 946
31 de dezembro de 2019	65 939	55 833	50 082	60 447	82 624	314 925

Valor líquido contabilístico:

A 31 de Dezembro de 2019	11 306	10 876	2 133	18 115	6 878	49 309
A 31 de Dezembro de 2018	19 440	10 804	3 481	25 525	9 276	68 527
A 1 de Janeiro de 2018	27 574	15 047	4 829	22 848	10 800	81 098

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2019	2018
Contratos de aluguer Servidor Cisco	3 393	5 428
Contratos de aluguer de viaturas	1 421	1 421
	4 813	6 849

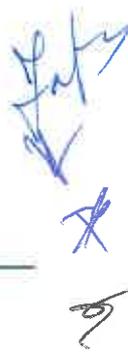
O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2019	2018
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	10 479	3 456
Mais de um ano	16 700	3 393
Total dos Pagamentos	27 180	6 849

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2019	2018
Matérias primas, Subs. e de Consumo	67 533	63 746
	67 533	63 746





As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2018	54 989	54 989
Compras	15 026	15 026
Existências em 31 de dezembro de 2018	(63 746)	(63 746)
	6 270	6 270
Existências em 1 de janeiro de 2019	63 746	63 746
Compras	8 021	8 021
Existências em 31 de dezembro de 2019	(67 533)	(67 533)
	4 233	4 233

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2019	2018
Vendas		
Mercadorias	418	103
Água	557 168	560 758
Quota Serviços Água	443 335	441 957
	1 000 921	1 002 818
Prestações de Serviços		
Conservação Contadores/Ramais Água	16 659	23 750
Abertura Ramais Água	6 483	10 874
Obras	99 523	29 779
Venda de Saneamento	159 992	160 093
Outros	37 177	54 595
	319 833	279 092
	1 320 754	1 281 910

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água e Ramais de Saneamento, Instalação de Contadores, Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Saneamento e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.




11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimentos de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2018	50 819	50 819
Custo financeiro	(7 867)	(7 867)
A 31 de Dezembro de 2018	42 952	42 952
A 1 de Janeiro de 2019	42 952	42 952
Custo financeiro	(8 490)	(8 490)
A 31 de Dezembro de 2019	34 463	34 463

12. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2019	2018
Imposto Corrente		
IRC do ano	11 470	15 844
	11 470	15 844

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	2019	Base de imposto		Taxa de imposto	
		2018	2019	2018	
Resultado antes de impostos	37 775	57 432			
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%			
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	7 933	12 061	21,00%	21,00%	
Proveitos não tributáveis					
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	8 490	7 867			
Restituição de impostos não deduct. e excesso de estim.	2 684	3 113			
	11 174	10 980	(11,71%)	(9,51%)	
Custos não deductíveis para efeitos fiscais					
Multas, coimas e juros compensatórios	7	-			
Provisões para além limites legais	3 508	3 854			
Créditos incobráveis não aceites como gastos	262	-			
Ajudas de custo por deslocação em viatura própria	14	279			
	3 791	4 133	(7,61%)	(7,01%)	
Lucro tributável	30 392	50 585			
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%			
Imposto calculado	6 382	10 623	16,90%	18,50%	
Tributação autónoma	5 088	5 221	13,47%	9,09%	
Imposto sobre o rendimento	11 470	15 844	30,36%	27,59%	

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2019	2018
Corrente		
Clientes		
Valor Bruto	155 311	133 001
Imparidade	(19 986)	(18 689)
	135 325	114 313
Outros créditos a receber	229 526	219 114
	364 851	333 426

Instrumentos Financeiros Passivos	2019	2018
Não corrente		
Financiamentos obtidos	68 869	121 250
	68 869	121 250
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	115 866	66 247
Outras partes relacionadas	30 317	31 861
	146 183	98 108
Financiamentos obtidos	52 381	54 416
Outras dívidas a pagar	490 131	499 768
	688 694	652 292

Instrumentos de Capital	2019	2018
Capital Subscrito	875 000	875 000
Outros instrumentos de capital	1 523 473	1 523 473
	2 398 473	2 398 473

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2019	155 311	123 325	24 553	-	-	419	7 014
Ano 2018	133 002	103 183	8 011	1 182	817	2 491	17 317

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2019				
Clientes	18 689	1 297	-	19 986
	18 689	1 297	-	19 986
Exercício de 2018				
Clientes	19 237	(0)	(548)	18 689
	19 237	(0)	(548)	18 689

13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Outros créditos a receber - correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	65 467	62 214
Saneamento	14 314	13 658
Outros	148 744	143 242
Caução de Clientes	1 000	-
	229 526	219 114

O saldo da rubrica 'Outros' é na sua totalidade referente a obras em curso ainda não faturadas ao Município de Trancoso. As mesmas, por acordo das partes, apenas são debitadas após a sua conclusão.

13.3 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Outras dívidas a pagar - correntes		
Fornecedores de investimento	41 554	46 917
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	40 757	41 074
Juros a Liquidar	399	573
Fornecimentos e serviços por faturar	3 147	5 932
Diversos	18 226	6 733
Outros credores		
Diversos	383 187	398 539
Pessoal		
Adiantamentos ao pessoal	2 861	(0)
	490 131	499 768



O saldo da rubrica 'Outros Credores – Diversos' inclui Taxas Municipais de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a entregar ao Município de Trancoso, conforme respetivo contrato de Concessão.

13.4 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2019	2018
Capital social nominal emitido	875 000	875 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	875 000	875 000
	<u>875 000</u>	<u>875 000</u>

O capital social emitido é composto por 175.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2019	2018
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	1 523 473	1 523 473
	<u>1 523 473</u>	<u>1 523 473</u>

13.6 Compromissos Financeiros não Incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2019:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
97/189/44740	BPI	415.249		Câmara Municipal de Trancoso	Gestão da concessão
98/189/50467	BPI	2.500	Cartões Galp frota	Petrogal	Cartões Galp frota

Decorrente do contrato de concessão com a Câmara Municipal de Trancoso, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, os quais se mantiveram inalterados no corrente exercício, ascendendo os mesmos a cerca de 159.299 Euros.

Handwritten signature and initials in blue ink.

13.7 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2019	2018
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	65 476	117 857
Locações Financeiras	-	3 393
	65 476	121 250
Correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	52 381	52 381
Locações Financeiras	3 393	2 036
	55 774	54 416

13.8 Riscos Relativos a Instrumentos Financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

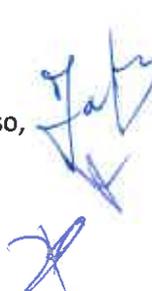
No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
 - Risco de crédito
 - Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.





Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.





14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2019	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	65 483	64 587
Remunerações do Pessoal	195 000	194 828
Encargos sobre Remunerações	58 898	56 723
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 417	3 389
Gastos de ação social	8 798	9 539
Outros gastos com o Pessoal	4 181	5 207
	334 777	334 273

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2019 foi de 15 (2018: 16 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Saldo a Receber		
Retenções Imposto sobre Rendimento	4	42
IVA	37 380	28 124
Outros	-	10 379
	37 385	38 546
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	11 470	15 274
Retenções Imposto sobre Rendimento	2 655	2 198
Contribuição para a Segurança Social	4 239	4 371
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações	504	-
	18 869	21 843

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 003	987
	1 003	987



15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2018	10 730	(609 648)	77 657	(521 262)
Constituição da Reserva legal	3 883	(3 883)	-	(0)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	77 657	(77 657)	-
Resultado do ano	-	-	41 589	41 589
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14 613	(535 875)	41 589	(479 672)
Saldo em 1 de janeiro de 2019	14 613	(535 874)	41 589	(479 672)
Constituição da Reserva legal	2 079	(2 079)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	41 589	(41 589)	-
Resultado do ano	-	-	26 305	26 305
Saldo em 31 de dezembro de 2019	16 693	(496 365)	26 305	(453 368)

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Subcontratos	114 975	63 992
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	157 095	158 734
Publicidade e propaganda	653	
Vigilância e segurança	1 126	2 444
Honorários	6 837	6 900
Comissões	347	446
Conservação e reparação	47 290	51 840
Materiais		
Ferramentas e utensílios	1 970	5 806
Material de escritório	282	1 302
Energia e Flúidos		
Eletricidade	84 769	81 600
Combustíveis	24 588	25 932
Outros Flúidos	28 962	26 595
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	2 234	1 593
Transportes de Mercadorias		97
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	54 030	53 082
Comunicação	19 873	17 692
Seguros	16 087	15 066
Contencioso e notariado	105	150
Despesas de representação	7 029	3 797
Limpeza, higiene e conforto	788	1 164
Outros	7 190	7 024
	576 647	525 494

15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Rendimentos Suplementares		
Outros	8 713	7 572
Ganhos em Inventários	4 639	20 953
Outros		
Excesso da estimativa para Impostos	2 684	3 113
Outros não especificados	8 549	9 897
	24 585	41 535

15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Impostos	6 074	7 664
Dívidas incobráveis	262	397
Perdas em Inventários		804
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	187	1 139
Outros		
Outros Não Especificados	5	565
	6 528	10 570

15.7 Gastos de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	24 946	24 999
Ativos Intangíveis	379 150	371 290
	404 096	396 289

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	18	72
Atraso de pagamento de clientes	3 945	4 208
Outros Rendimentos Similares	7	-
	3 969	4 281

15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	3 019	11 745
Mora	2	-
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	2 637	8 597
Comissões Garantias	1 616	1 631
Não especificados	21	82
	7 296	22 056

15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	23 341	24 110
	23 341	24 110

16. Aspetos Ambientais

Em 2019 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2019 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos Após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 25 de março de 2020.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional um crescente número de casos de infeção da população com o vírus Covid-19, tendo o governo e restantes agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na atividade económica das empresas. Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua atividade, o Conselho de Administração da Águas da Teja está a monitorizar a evolução da pandemia do Covid-19 e está a acompanhar a posição das autoridades relevantes. Nesta fase, não é possível quantificar a magnitude dos impactos se o nível de risco piorar, no entanto,

estamos a implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa.

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2019, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2019, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2020, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista certificado





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Teja – Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.756.001 euros e um total de capital próprio de 1.945.105 euros, incluindo um resultado líquido de 26.305 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas da Teja – Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na nota 17 são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pelo Conselho de Administração para a Águas da Teja – Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A., com base na informação disponível à data.

A nossa opinião não é modificada quanto a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de maio de 2020

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 217 912 000
Avenida da República, 90-6º Fax: +351 217 957 586
1600-206 Lisboa www.ey.com
Portugal

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2019 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2019 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2019, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 8 de maio de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Paulo Jorge Luis da Silva (ROC n.º 1334)
Registado na CMVM com o n.º 20160944

